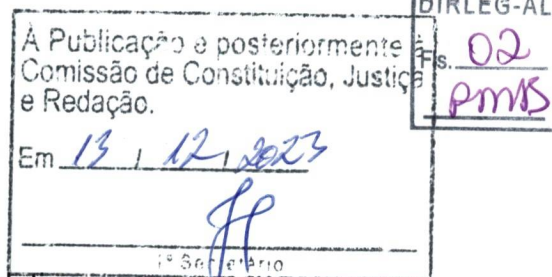




Estado do Tocantins - Poder Legislativo  
Gabinete do Deputado Eduardo Mantoan



PROJETO DE LEI 588 / 2023.

Altera a Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, para prever o acesso prioritário à remoção da servidora pública no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

**Art. 1º** Fica incluído o inciso III e o § 4º no artigo 35 A Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art.35.....**  
.....

**§1º.....**  
.....

III - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.

**§ 4º** O procedimento administrativo relativo ao pedido de remoção do inciso III do § 1º deste artigo serão protegidos e mantidos sob sigilo, e o acesso às informações será reservado ao juiz, ao Ministério Público e aos órgãos competentes do poder público.

**Art. 2º** Fica revogado o inciso II do art. 2º da Lei nº 3.648, de 24 de janeiro de 2020.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Na conceituação dada pelo artigo 35 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, a “remoção é a realocação do servidor efetivo ou estabilizado, a pedido ou de ofício, de um para outro órgão do mesmo Poder ou de uma para outra unidade do mesmo órgão”.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Estado do Tocantins - Poder Legislativo  
Gabinete do Deputado Eduardo Mantoan

Hodiernamente, a remoção pode ocorrer nas seguintes hipóteses: I - de ofício, por conveniência da Administração Pública; e II - por requerimento, a interesse do servidor, por motivo de saúde deste, do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, desde que comprovado pela Junta Médica Oficial do Estado". E existe, ainda, as situações previstas dos §§ 2º e 3º, que tratam, respectivamente, de remoção por permuta e àquela decorrente de nomeação de servidor efetivo ou estabilizado para cargo de provimento em comissão ou função de confiança.

É de bom alvitre destacar que ainda há outro meio de remoção que é disciplinado no artigo 9º, § 2º, inciso I, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, embora dependa de decisão judicial, a saber:

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

A alteração legislativa resulta do fato de que a violência perpetrada no ambiente familiar ou doméstico contra a mulher é o tipo mais comum de violência, vindo a acarretar sequelas nas esferas física, emocional, familiar e econômica, constituindo problema de saúde pública (SOUZA, Angela Alves Correia de; CINTRA, Raquel Barbosa. Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. Revista Bioética, Brasília, v. 26, n. 1, p. 77-86, jan./abr. 2018).

Contudo, na seara administrativa, resulta muitas vezes das servidoras públicas que são vítimas de violência doméstica ou domiciliar a pedirem licenças por motivo de saúde, o que é incorreto, mesmo porque até a assistência e o acolhimento fornecido é dissonante ao necessário para estes tipos de caso.

Desta forma, conclamo aos Nobres Deputados a aprovação da presente matéria.

**EDUARDO MANTOAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

[Imprimir](#)

**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins - TO**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento:  
**P17903a6ff1242496b67dadcb7b888fafK10836**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

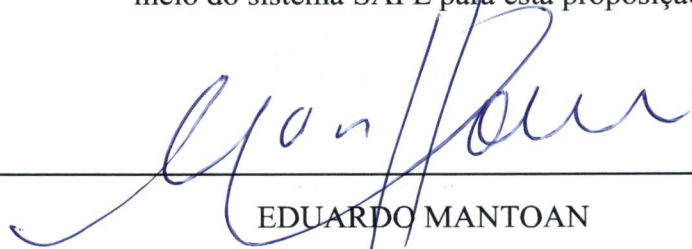
Autor: **EDUARDO MANTOAN**

Enviada por: **EDUARDO MANTOAN MANTOAN**  
(dep.eduardo.mantoan)

Descrição: **Altera a Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, para prever o acesso prioritário à remoção da servidora pública no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins.**

Data de Envio: **11/12/2023 20:06:47**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
EDUARDO MANTOAN